

02 JUL 1985

ANC 88
Pasta Julho/85
010

POLÍTICA

CONSTITUINTE

O Executivo prepara sua comissão. E o Legislativo quer outra.

Até o próximo dia 15, o presidente José Sarney assinará o decreto nomeando os integrantes da comissão que irá elaborar o anteprojeto a ser submetido à Constituinte que será eleita a 15 de novembro de 1987, segundo informou ontem o ministro Fernando Lyra, da Justiça. Paralelamente, o presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, sugeriu a criação de uma comissão especial da Câmara e do Senado, com a atribuição de legislador ordinário, com o objetivo de agilizar os trabalhos da Constituinte.

Para o deputado Ulysses Guimarães, essa comissão oferecerá maior oportunidade a deputados e senadores de participar dos seus debates, sem prejuízo à função legislativa normal. Na sua concepção, ela seria organizada proporcionalmente a cada Casa, para cumprir a tarefa de parlamento bicameral. Lembrou o presidente do PMDB que o trabalho da comissão especial que ele sugere para suscitar o debate seria útil e prático, pois o Congresso, em 1987, funcionaria simultaneamente com a Assembléia Constituinte.

Ulysses Guimarães deixou claro o seu apoio à decisão do presidente Sarney, de suprimir da proposta de convocação da Constituinte o dispositivo que permitiria abojir a Federação e a República. "A Constituinte terá plenos poderes. Será livre e soberana, é claro. Mas só poderá fazer o que

a sociedade desejar. E a sociedade não apóia o fim da Federação. Ao contrário" — disse ele.

Segundo o presidente da Câmara e do PMDB, "o fundamental na democracia é a representatividade, expressa na composição do Poder Legislativo. Não se pode abrir mão desse ensinamento: só um poder pode controlar o outro poder. Quem controla o poder do Estado é o poder representativo, para colocá-lo a serviço da coletividade" — acentuou.

Reiterando a defesa da Federação, Ulysses Guimarães observou que a sociedade espera da Constituinte um trabalho para tornar realidade o poder federativo, reforçando os Estados e os Municípios. Insistindo na tese da representatividade, o presidente do PMDB afirmou que o Estado deve estar a serviço do homem: "Na Constituição, o Estado é o meio e o homem é o fim. Assim é que deve ser".

Defendeu também os direitos naturais do homem, entre os quais fez questão de citar o direito ao trabalho, à habitação, à assistência médica, "ao bem estar, enfim". Sobre o direito de propriedade, observou Ulysses: "O PMDB defende o direito de propriedade a serviço da coletividade".

Emenda PDT

O líder do PDT na Câmara, deputado Nadyr Rossetti (RS), anunciou ontem que o partido, no exame da mensagem presiden-

cial que convoca a Assembléia Nacional Constituinte, dará ênfase especial a uma emenda disposta sobre eleições gerais no próximo ano.

Segundo Rossetti, é importante a eleição presidencial em 86 porque provocará, na campanha eleitoral, ampla discussão de temas nacionais. Ele salientou que a Nova República está causando frustração porque continua agindo contra o povo, dentro de

um pacto de elites, e já aumentou demais a prestação da casa própria, o Imposto de Renda dos assalariados e não tocou no problema da taxa de juros. Por isso, argumentou que o presidente José Sarney não terá legitimidade se continuar governando após a Constituinte.

Depois de lembrar que Tancredo Neves afirmara que a legitimidade do seu próprio mandato estava na transitoriedade, e que o deputado Ulysses Guimarães costumava dizer que a eleição direta não é solução para tudo mas sem ela não há solução para nada, o líder pedetista assinalou que seu partido foi ao Colégio Eleitoral defendendo a tese das diretas presidenciais em 86.

Nadyr Rossetti observou ainda que a campanha municipal deste ano, em especial nas capitais, vai precipitar o debate em torno das diretas, pois trata-se da única tese que consegue mobilizar o País inteiro, apostando que tal circunstância terá peso na votação da mensagem da Constituinte.

Além das diretas, o líder do PDT pretende apresentar outra emenda com o objetivo de consertar o que rotula de "falha técnica" da mensagem: a inclusão dos 22 senadores eleitos em 82 sem missão constituinte. Ele entende que o grupo poderia submeter-se a uma eleição paralela para que o povo resolvesse se deve ou não participar da Constituinte.

Quanto à participação do presidente do

STF na Constituinte, Rossetti é contra, destacando que ninguém estranho ao Poder Legislativo deveria ter qualquer tipo de incumbência: "O tradicional é o mais velho presidir a Constituinte. Aliás, não conheço no mundo a experiência de um presidente de Judiciário instalar uma Constituinte".

Na opinião do deputado Edson Lobão (PDS-MA) a convocação da Constituinte é, indiscutivelmente, uma medida sábia. "Nos dias atuais não sabe o País que Constituição possui — se a carta de 1967, se a emenda nº 1 que em si mesma é uma constituição inteira, ou se uma terceira Constituição formada pelas dezenas de outras emendas." Tornou-se assim, acentua o deputado, imperiosa a elaboração de um novo texto constitucional, porque nem mesmo a consolidação das alterações feitas a partir de 1967 seria mais possível.

"Mas é preciso entender — acrescentou Lobão — que uma Constituição não será capaz, por ela mesma, de resolver os problemas fundamentais da sociedade. Penso que os políticos têm o dever de comparecer às praças públicas libertos dos vírus da demagogia. As promessas deverão ser comedidas se queremos ser realistas. E, mais importante ainda, é buscar uma solução que se compatibilize com os sentimentos dos brasileiros. Evitar a esquerdização do País, através de uma Constituinte, terá de ser o primeiro cuidado dos democratas", afirmou